



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

- ATA-----
- Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila Verde de trinta de junho de dois mil e dezassete. -----
- Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Verde, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Carlos António Andrade Arantes, com a seguinte ordem de trabalhos:-----
- 1.- Discussão e votação da ata relativa à sessão ordinária de vinte e oito de abril de dois mil e dezassete; -----
- 2.- Correspondência – Consideração e análise; -----
- 3.- Período de antes da ordem do dia; -----
- 4.- Assuntos propostos pela Câmara Municipal: -----
- 4.1.- Deliberar sobre proposta da Câmara que se refere à Segunda Revisão Orçamental, de acordo com o que dispõe o artigo 33.º do número um da alínea c) da Lei número 75/2013, de doze de setembro;-----
- 4.2.- Discutir e votar proposta da Câmara cujo conteúdo diz respeito à retificação número sete do artigo 25.º - C. do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais; -----
- 4.3.- Discutir e votar proposta da Câmara que pretende a retificação do número cinco do artigo 26.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais;-----
- 4.4.- Deliberar sobre a assunção de compromissos plurianuais com vista à autorização prévia respeitante a encargos com as cantinas escolares (pré-escolar e primeiro ciclo) e funcionamento dos jardins-de-infância (prolongamento de horário). -----
- 4.5.- Deliberar sobre o reconhecimento de interesse municipal da regularização da operação urbanística a levar a efeito pela Casa do Povo da Ribeira do Neiva, tendo em vista a atividade exercida por esta entidade, com a consequente emissão de certidão de reconhecimento de interesse público municipal;-----
- 4.6.- Deliberar sobre a assunção prévia de compromisso plurianual decorrente do protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Vila Verde e o Grupo Cultural, Desportivo e Recreativo de Lanhas, para comparticipação financeira de obras de requalificação do Campo dos Cedros;-----
- 4.7.- Deliberar, de acordo com proposta da Câmara Municipal, sobre a emissão de certidões de reconhecimento do interesse público municipal de várias atividades com relevante interesse económico e social, nomeadamente referente às entidades cuja lista se anexa; -----
- 4.8.- Deliberar sobre proposta da Câmara Municipal cujo conteúdo pretende que se proceda à aquisição e aprovação da consequente minuta de contrato-promessa de compra e venda do prédio urbano composto por casa de dois pavimentos, com quintal e andar, com logradouro, sito no lugar da Cachada da freguesia de Vila Verde e Barbudo, deste concelho.-----
- 5.- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira. -----
- 6.- Período de tempo para apresentação de assuntos por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia e União de Freguesias; -----
- 7.- Período de intervenção aberto ao público. -----
- Estiveram presentes na reunião cinquenta e seis membros. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----Presidiu à reunião Carlos António Andrade Arantes; Martinha Soares, Primeira Secretária, e José Costa, Segundo Secretário, também estiveram presentes. -----

-----Face ao pedido de ausência por um período inferior a trinta dias, formulado pela cidadã eleita Cristina Carneiro Costa, foi empossado, em sua substituição, o cidadão João Pedro Lima Cerqueira. -----

-----O Plenário decidiu, por unanimidade, relevar a falta, à sessão ordinária de trinta de junho de dois mil e dezassete, de Cristina Carneiro Costa; Luís Miguel Ferreira de Sousa; João Manuel Lopes Graça; Maria Lúcia Pereira Martins; Vítor Manuel Cardoso Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Turiz, que se fez representar pela Secretária do mesmo órgão de poder autárquico, Jacinta Araújo; Bruno Eiras, Presidente da Junta de Freguesia de Lanhas, que se fez representar pela Tesoureira da mesma autarquia, Ana Filipa Alves Pereira.-----

-----No primeiro ponto, a ata relativa à sessão ordinária de vinte e oito de abril de dois mil e dezassete foi aprovada por unanimidade.-----

-----No segundo ponto - correspondência – consideração e análise -, o Presidente da Mesa informou que rececionou missivas do Gabinete do Primeiro-Ministro e dos grupos parlamentares da Assembleia da República do PCP e de “Os Verdes” a acusar a receção da moção aprovada nesta Assembleia relativa às vias de comunicação de ligação à zona industrial de Oleiros, Cervães, Cabanelas, Vila de Prado e também à de Gême. Mais revelou o teor de um e-mail da CPCJ de Vila Verde reportando os resultados das três questões tratadas no âmbito da III Assembleia Municipal de Crianças e Jovens de Vila Verde. Do grupo Parlamentar do PCP recebeu também a resposta do Governo à pergunta colocada pela Deputada Carla Cruz, através do Ministério da Saúde, sobre a criação de uma unidade de saúde familiar de Pico de Regalados/Portela do Vade. Rececionou ainda, através da Associação de Estudos de Direito Regional e Local, a Revista das Assembleias Municipais. Mais referiu que a Mesa da Assembleia Municipal de Vila Verde tinha recebido convite para integrar esta mesma associação, o que implicava um custo, em termos de joia, mas o Presidente da Mesa revelou que havia decidido, para já, não colocar à consideração do Plenário a adesão, com o objetivo de estar atento à evolução dos trabalhos da mencionada associação e, só depois, em tempo oportuno, trazer o assunto à análise e decisão desta Assembleia Municipal.-----

-----No ponto três - período de antes da ordem do dia -, Manuel Pereira, do CDS-PP, interveio para aludir à tragédia de Pedrogão Grande, que vitimou um considerável número de pessoas, e solicitou ao Plenário que aprovasse um voto de pesar por todos estes falecimentos de pessoas de bem e de trabalho que tinham sido apanhadas nas malhas do azar e um lamento e voto de solidariedade para aqueles que haviam ficado sem os entes queridos e os valores pessoais. Mais pugnou para que as verbas recolhidas para ajudar as vítimas não ficassem cativas nos gabinetes e chegassem efetivamente aos devidos destinatários. O mesmo orador referiu que, esta semana, estavam a vir a público situações que envolviam câmaras municipais; gente ligada a estas edilidades e respetivos assessores; dinheiro movimentado por gente ligada a câmaras municipais; uns já haviam sido detidos e soltos. Vila Verde também estava a ser investigada e Manuel Pereira desejou que, uma vez que se estava perto de uma fase de campanha eleitoral, esta questão e/ou os problemas que pudessem vir a existir não chegassem à Câmara Municipal de Vila Verde e que, se tal viesse a acontecer, esta Edilidade tivesse os documentos em conformidade com a Lei para demonstrar que tudo foi feito de forma regular. Pugnou ainda no sentido de que esta situação não fosse utilizada pela oposição



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

como arma de arremesso, pois desejava ver sempre Vila Verde a ser tratada de forma honrada e honesta. Ademais, só não cometia erros quem nada fazia, mas os erros corrigiam-se e, enquanto não houvesse condenação, não podiam ser eles a fazê-lo. Concluiu dizendo “à justiça o que é da justiça; à Câmara Municipal o que é da Câmara Municipal”. -----

-----Luís Castro, do PS, congratulou-se com a boa nova que o Presidente da Câmara tinha vindo a transmitir aos Vilaverdenses no tocante ao abastecimento de água e ao saneamento básico. Deixou também uma palavra de esperança na efetiva mudança que ia mesmo acontecer no concelho. Era sempre bom saber que se ia mudar para melhor. Os agora anunciados milhões de euros para o saneamento básico e para o abastecimento público de água – ora sete milhões ora vinte milhões – permitiam ter esperança num futuro melhor e em melhores condições de vida. Estava prometido e estava escrito. A maioria dos Vilaverdenses havia de dizer que tal já tinha sido prometido há muitos anos e o concelho continuava, maioritariamente, sem saneamento e sem abastecimento de água. Anteriormente, as promessas tinham tido como único objetivo a conquista de votos, o que não se passava agora, pois estava escrito nos jornais e até no boletim informativo da Câmara e tinham sido instalados nas freguesias cartazes a anunciar o dito saneamento. Era verdade que antes tinham sido dias mentiras, feitas falsas promessas, mas estas não estavam tipificadas, no código penal, como crimes. Numa magia em que parecia que os milhões iam ser tirados de uma cartola, tinham a esperança de que Vila Verde ia mesmo mudar para melhor. -----

-----Eduardo Rodrigues, do PS, referiu que, em dois mil e nove, o Município realizou um ajuste direto com a empresa Vetor Estratégico – Estudos e Consultadoria SA que tinha como presidente do Conselho de Administração João Moura de Sá e cujo objeto tinha sido estudos fundadores da criação de uma empresa municipal de apoio à respetiva implementação, pelo preço de quinze mil euros. Em dois mil e onze, o Município de Vila Verde tinha celebrado, com a mesma empresa, novo ajuste direto com o objetivo de aquisição de serviços para a realização de estudos fundadores da criação de uma empresa municipal para a gestão de água e saneamento no concelho de Vila Verde, pelo valor de doze mil e quinhentos euros. O mesmo orador questionou o Presidente da Câmara se tinham sido consultadas outras empresas para a realização daqueles estudos e quis saber qual a forma utilizada pelo Município para chegar ao contacto com aquela empresa. Atendendo a que o Presidente da Câmara, na altura, integrava os órgãos sociais da Escola Profissional Amar Terra Verde, Eduardo Rodrigues perguntou-lhe também se tivera conhecimento da adjudicação, à mesma empresa, de qualquer outro estudo para aquela mesma escola. -----

-----Alberto Rodrigues, do PSD, interveio para aludir à necessidade de dotar a Proteção Civil, nomeadamente os soldados da paz, dos meios necessários para fazer face aos fogos florestais. Assim, depois de considerar que a investigação acerca das causas da calamidade que assolou o país cabia às autoridades competentes nesta matéria, antes cabia ao Plenário e aos portugueses exigir que os meios previstos para um território com uma enorme área florestal e agrícola fossem disponibilizados em tempo útil. Em quatro de março de dois mil e dezasseis, os jornais tinham noticiado que o Governo confirmara Equipa de Intervenção Permanente (EIP) para os Bombeiros de Vila Verde e havia a atribuição do mérito da façanha. No dia vinte e dois de novembro do mesmo ano, os órgãos de informação revelavam que o Governo autorizava a constituição da EIP e, em dezoito de abril de dois mil e dezassete, veiculavam que a Câmara de Vila Verde tinha



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

aprovado a minuta do protocolo para a constituição de uma EIP nos bombeiros. O Presidente da Câmara reiterara o compromisso da autarquia de assegurar os restantes cinquenta por cento de comparticipação da EIP, estando, pois, tudo pronto, e “a bola do lado do Governo”. Estava-se agora, no entanto, no último dia de junho e ainda não havia EIP em Vila Verde, nem tão-pouco havia notícias de qualquer autorização, por parte da tutela, para a equipa se constituir. Dado o tempo necessário para proceder à contratação da EIP, formação e restantes preparativos, se viesse a autorização para iniciar o processo, já não ia servir o território concelhio nos meses com maior incidência de incêndios. Alberto Rodrigues reportou-se também à questão da requalificação da EN 101, tendo começado por fazer referência às acusações trocadas entre responsáveis políticos locais e a alegados números de ilusionismo e de oportunismo eleitoral, com a apresentação de heróis imprevistos e com a assunção de competências e atribuições por quem as não tinha de direito. Fora prometido aos Vilaverdenses e anunciado pelo líder do PS concelhio, que o concurso da obra seria lançado em junho/julho e que a mesma iniciaria findos os prazos legais que o concurso estabelecia. O mesmo orador asseverou que não iam deixar esquecer esse *timing*, por responsabilidade e por amor a Vila Verde, não iam admitir sequer que houvesse agora qualquer tipo de adiamento *sine die* nem que o prazo fosse enviado para as calendas gregas. Iam exigir palavra e responsabilidade e queriam ver o concurso desta obra ser lançado nos próximos dias. Se não, alguém mostraria que não falava verdade e isso era inadmissível para quem detinha cargos públicos.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal interveio para admitir que tragédias como a de Pedrogão Grande eram motivo de grande preocupação e deviam suscitar reflexão. Vila Verde tinha também conhecido uma tragédia numa casa que ardera nesta noite e pusera fim a uma vida humana. Nestas situações, a união era o melhor caminho e não era aceitável que se procurasse tirar dividendos políticos das mesmas. Eram, assim, muito justos o pesar e a homenagem a todos quantos, em Pedrogão Grande, tinha sofrido com a referida catástrofe, a qual devia servir de lição para serem tomadas medidas, como a questão da EIP suscitada pelo Deputado Municipal Alberto Rodrigues. A Câmara Municipal tinha a expectativa de que o Governo ia assinar a criação desta equipa antes do Verão, a tempo de estar constituída a partir de um de junho e, apesar dos esforços da Edilidade nesse sentido, tal ainda não si tinha verificado por falta de comunicação, por parte da Administração Central, de disponibilidade para a assinatura do protocolo que já se encontrava há muito tempo no Ministério da Administração Interna e na Autoridade Nacional de Proteção Civil. Esta situação era tanto mais lamentável quanto se tinha feito muito fogo com esta questão, mas tudo tinha vindo a resultar em nada, o que consubstanciava uma promessa não cumprida pelo Governo. O mesmo se podia dizer da requalificação da EN 101, embora esta não fosse uma obra estratégica do ponto de vista rodoviário. Estratégica era a construção da variante à sede concelhia e da variante de ligação entre a Vila de Prado e a zona de acolhimento empresarial de Oleiros. Também aqui o Governo tinha deixado ficar Vila Verde para trás. O Governo lançara um pacote de obras a nível nacional de muitos milhões de euros, tinha conhecimento perfeito da urgência destas obras em Vila Verde, mas não as havia considerado como prioritárias. O mesmo Edil acentuou o desejo de que a promessa relativa à EN 101 fosse cumprida, mas confessou também que tinha pouca fé, porquanto a informação que possuía, fruto do permanente contacto com os organismos responsáveis pela requalificação da mesma via, induzia a tal descrença, até porque, desde que a Câmara Municipal dera o seu



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

parecer e sugestões sobre o projeto, nunca mais tinha sido contactada, tudo apontando no sentido de que a obra havia sido remetida para dois mil e dezoito, embora fosse desejável que tal não sucedesse e se cumprisse a promessa para bem dos Vilaverdenses. A não ser assim, tinham que tirar as conclusões que o deputado havia trazido, dizendo que alguém não falava verdade. O edil revelou que também se sentira feliz quando o Deputado Luís Castro referira que Vila Verde estava a mudar para melhor. Efetivamente, todos os anos Vila Verde mudava para melhor e a verdade era que o processo de instalação de saneamento básico apenas não tinha sido concluído antes porque os avisos e as candidaturas se enquadravam neste quadro comunitário de apoios, o qual começava muito atrasado e ainda bem que, em Vila Verde, se tinha feito o trabalho de casa bem feito e no momento certo, pois esta circunstância permitiu que as candidaturas tivessem sido apresentadas no momento oportuno. Assim, algumas obras já se encontravam adjudicadas, outros concursos estavam em fase de análise de propostas e havia já projetos em fase de execução. O valor global do investimento aproximava-se claramente dos sete milhões de euros, sendo expectativa da Câmara Municipal que, no próximo ano, pudessem ser lançados mais quatro milhões de euros de investimentos neste sector. Quanto ao abastecimento público de água, conforme se podia comprovar no relatório da atividade do último trimestre da Câmara Municipal, uma boa parte dos setenta e dois procedimentos diziam respeito a água e saneamento e a manutenção e criação de infraestruturas rodoviárias. Isto significava que estavam a ser feitos investimentos estruturantes/fundamentais para o desenvolvimento de Vila Verde. Relevavam também os investimentos ao nível da saúde, sendo que, na próxima terça-feira, ia ser lançada a obra de requalificação da extensão de saúde do Vade, embora as infraestruturas de saúde fossem da inteira responsabilidade do Governo. Assim, o Município de Vila Verde estava a substituir o Governo, executando obras que deviam ser feitas pela Administração Central, esperando-se que esta assumisse a sua responsabilidade, realizando as obras da extensão de saúde de Pico de Regalados, uma vez que estavam inscritos, para o efeito, trezentos e setenta mil euros, tendo o Edil já escrito à ARS no sentido de solicitar a cedência dos fundos comunitários para que o Município se substituísse ao Governo na execução da obra, assumindo também a componente nacional do investimento, no caso da administração central não pretender executar a mesma. O Município de Vila Verde mais tinha comunicado que também assegurava as obras relativas ao centro de saúde de Cervães. Vila Verde estava, pois, a mudar muito, mas à custa do Município e não do Governo. Neste mesmo dia, tinham sido publicados, no Diário da República, concursos para a requalificação das escolas básicas, de segundo e terceiro ciclos, de Vila Verde e da Vila de Prado, em mais duas grandes obras em que o Município de Vila Verde substituíra o Governo, dispensando até fundos comunitários do seu próprio envelope para que esses estabelecimentos de ensino pudessem ser profundamente intervencionados. Acresciam ainda cinco milhões de euros para investimento em reabilitação urbana. Na próxima segunda-feira, na reunião do Executivo Municipal, ia ser aprovado um valor de novecentos mil euros para a abertura do procedimento concursal para a execução das ciclovias urbanas de Vila Verde. A breve trecho, ia ser lançado um procedimento para as ciclovias urbanas da Vila de Prado, encontrando-se em preparação dois elementos para as ecovias do Homem e do Cávado que também já estavam com candidaturas aprovadas. Poderia ainda falar de muitas outras obras que estavam preparadas, prontas para ser lançadas e executadas nas freguesias e que, independente da sua dimensão, eram todas importantes porque iam



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

contribuir para o bem comum, servindo a população. Quanto às questões suscitadas por Eduardo Rodrigues, que tinham, como era costume, o fim de dar origem a mais denúncias anónimas, como muitas outras que tinham vindo a ser feitas relativamente a muitos assuntos, o Presidente da Câmara recomendou ao mesmo Deputado que, se tinha dúvidas sobre os assuntos em questão, pedisse os estudos, porquanto os mesmos estavam realizados com o objetivo de saber se, na altura em que se estava a pensar reestruturar o funcionamento da Câmara, era mais vantajoso ter uma empresa municipal de obras ou ser o município a realizar as mesmas. Tratava-se, pois, de ter uma fundamentação para tomar as decisões e a Câmara Municipal tinha tomado a decisão relativamente à empresa de obras e no tocante à questão do saneamento básico e da água. Este procedimento teve lugar até num momento em que se estava a discutir se Vila Verde deveria ou não aderir um sistema multimunicipal de água e saneamento e em que eram fortes as pressões do Governo nesse sentido. A pressão governamental era para que Vila Verde aderisse ao sistema de água em alta das Águas de Portugal, mas ainda bem que não o fizeram, na medida em que, hoje, se assistia ao desmoronar desses sistemas e Vila Verde tinha preçários bem mais atrativos nos serviços de água e saneamento que a Câmara Municipal pretendia alargar e melhorar. O Executivo Municipal socorria-se sempre das empresas que davam garantias de que realizavam os serviços com qualidade. Ademais, estes não tinham sido os únicos ajustes diretos efetuados com esta empresa, porquanto, ainda no pretérito ano, tinham feito outro, porque esta empresa havia assegurado cem por cento de sucesso nas candidaturas apresentadas. Estavam até, nesta sala, pessoas que se tinham socorrido de serviços dessa empresa, nas suas instituições, para terem sucesso nas suas candidaturas. O Presidente da Câmara referiu ainda que não compreendia a preocupação manifestada por Eduardo Rodrigues relativamente a esta empresa, dado que a Câmara Municipal trabalhava com várias outras empresas, sempre com o objetivo de solicitar empresas que oferecessem garantias de responsabilidade e de qualidade no trabalho realizado. Nas candidaturas atinentes ao saneamento básico, por exemplo, o Município trabalhou com uma empresa que até tinha vindo agora sediar-se no concelho de Vila Verde. Neste caso, também o sucesso alcançado tinha sido pleno (cem por cento). A recolha de pareceres, de resto, em diferentes áreas, tinha lugar junto de especialistas para que fossem encontradas as melhores soluções para bem do concelho. Algumas outras empresas tinham elaborado projetos para o município de Vila Verde no âmbito da regeneração urbana e do Plano de Mobilidade Sustentável, umas de Vila Verde e outras do exterior. Apesar de todo o esforço que os técnicos do município, que eram em reduzido número, faziam, não se tinha atingido os níveis de concretização alcançados (setenta e dois procedimentos concursais de março até agora), sendo certo que não eram procedimentos simples. O procedimento relativo à Adegas Cooperativas cifrava-se em dois milhões e novecentos mil euros; as cicloviárias ascendiam a novecentos mil euros; o saneamento à volta de sete milhões de euros. O investimento programado para os próximos dois anos, com fundos comunitários aprovados, ultrapassavam os vinte milhões de euros. Tal como Luís Castro sublinhou, Vila Verde estava a mudar, porque se estava perante factos e não promessas. Só para haver um projeto completo para a rede de saneamento para o concelho de Vila Verde, foi necessário despender de cerca de trezentos mil euros, sendo certo que a Câmara Municipal não tinha técnicos com competência para o efeito, o que motivara o recurso a empresas externas especializadas. Hoje, havia um plano integrado para o saneamento de Vila Verde, dividido por áreas, que estava a ser implementado com rigor



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

e com o objetivo de abranger o maior número possível de habitações. Relativamente à EPATV, o mesmo edil afiançou que, a partir do momento em que esta Assembleia Municipal tinha deliberado aprovar o caderno de encargos para o aumento de capital, quase por unanimidade, com o reparo de um ou outro Deputados Municipais de que devia ter sido mais rigoroso do que aquilo que havia sido - embora o acusassem agora de ter sido rigoroso em demasia -, até ao momento em que havia sido proposta a adjudicação, pelo júri do concurso, nunca mais tinha tido qualquer contacto com o processo nem com o procedimento. Limitara-se a assinar o aviso para a abertura do concurso público, em três ou quatro de maio, razão por que não tinha a menor responsabilidade na escolha da empresa. O Presidente da Câmara, reportando-se ainda a esta questão suscitada por Manuel Pereira, referiu que, provavelmente, quando o assunto pudesse ser falado com abertura, porventura, muita gente ia ficar surpreendida com muitas coisas que constavam no mesmo. Impunha-se, assim, deixar que a justiça funcionasse nos termos proferidos pelo deputado Municipal Manuel Pereira, sem a insistência permanente, com as denúncias anónimas. -----

-----O ponto 4.1.- Deliberar sobre proposta da Câmara que se refere à Segunda Revisão Orçamental, de acordo com o que dispõe o artigo 33.º do número um da alínea c) da Lei número 75/2013, de doze de setembro -, foi aprovado por unanimidade. -----

-----O ponto 4.2.- discutir e votar proposta da Câmara cujo conteúdo diz respeito à retificação número sete do artigo 25.º - C. do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais – foi aprovado por unanimidade. -----

-----O ponto 4.3.- discutir e votar proposta da Câmara que pretende a retificação do número cinco do artigo 26.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais - foi aprovado por unanimidade. -----

-----O ponto 4.4.- deliberar sobre a assunção de compromissos plurianuais com vista à autorização prévia respeitante a encargos com as cantinas escolares (pré-escolar e primeiro ciclo) e funcionamento dos jardins e infância (prolongamento de horário) – foi aprovado por unanimidade. -----

-----O ponto 4.5.- deliberar sobre o reconhecimento de interesse municipal da regularização da operação urbanística a levar a efeito pela Casa do Povo da Ribeira do Neiva, tendo em vista a atividade exercida por esta entidade, com a consequente emissão de certidão de reconhecimento de interesse público municipal – foi aprovado por unanimidade. -----

-----O ponto 4.6. - deliberar sobre a assunção prévia de compromisso plurianual decorrente do protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Vila Verde e o Grupo Cultural, Desportivo e Recreativo de Lanhas, para comparticipação financeira de obras de requalificação do Campo dos Cedros – foi aprovado por unanimidade. -----

-----O ponto 4.7. - deliberar, de acordo com proposta da Câmara Municipal, sobre a emissão de certidões de reconhecimento do interesse público municipal de várias atividades com relevante interesse económico e social, nomeadamente referente às entidades cuja lista se anexa – foi aprovado por unanimidade. -----

-----O ponto 4.8. - deliberar sobre proposta da Câmara Municipal cujo conteúdo pretende que se proceda à aquisição e aprovação da consequente minuta de contrato-promessa de compra e venda do prédio urbano composto por casa de dois pavimentos, com quintal e andar, com logradouro, sito no lugar da Cachada da freguesia de Vila Verde e Barbudo, deste concelho – foi aprovado por unanimidade. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----No ponto cinco - apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira -, o Presidente da Câmara Municipal fez referência aos setenta e dois procedimentos concursais lançados durante este curto hiato de tempo, fruto de um esforço assinalável dos funcionários dos serviços municipais, a quem o Edil deixou uma nota de elevado apreço pelo trabalho que tinham vindo a realizar, de uma forma inexcelável, para que as candidaturas fossem executadas em tempo útil. Mais relevou a saúde económica do município. Em janeiro de dois mil e dezassete, a capacidade de endividamento do município era de treze milhões setecentos e setenta e três mil euros e, em trinta e um de março do corrente ano, já se cifrava em quinze milhões quatrocentos e quarenta e seis mil euros, mercê da melhoria ao nível dos pagamentos. O prazo médio dos pagamentos, em dois mil e dezasseis, tinha sido de vinte e três dias, tendo já diminuído, no ano em curso, para vinte e um dias. As dívidas existentes haviam sido contraídas para fazer investimento e traduziram-se na clara melhoria das condições de vida das pessoas. Estavam ainda em desenvolvimento projetos de instalação de industriais, em várias zonas do território concelhio, na zona norte e em Oleiros, Vila de Prado, Soutelo e sede concelhia, que iam ser estruturantes para o tecido empresarial do concelho e dinamizar a economia local. Se as expectativas se concretizassem, quatro ou cinco investimentos iam criar perto de mil postos de trabalho. Só uma unidade industrial direcionada para o norte, ia criar, no corrente ano e em dois mil e dezoito, quatrocentos postos de trabalho. De resto, alguns destes projetos haviam já passado por esta Assembleia Municipal, a qual os tinha considerado de interesse municipal. Estavam ainda a ser desenvolvidos projetos diferenciadores no capítulo do turismo, uns que também já haviam merecido o reconhecimento do respetivo interesse estratégico, por parte do plenário, e outros encontravam-se em discussão pública e iam, depois, certamente, ser objeto de apreciação pela Assembleia Municipal, igualmente em matéria de reconhecimento de interesse estratégico municipal. -----

-----Luís Castro solicitou do Presidente da Câmara Municipal esclarecimento sobre uma ação judicial a ser intentada pelo Município de Vila Verde, conforme informação trazida a Plenário pelo Presidente da Câmara, contra a Sociparque, relativamente à questão do estacionamento. O presente relatório informava que se mantinha a situação de dois mil e dezasseis, mas o mesmo orador julgava que, no corrente ano, havia sido intentada uma ação, o que, a confirmar-se, revelava falta de rigor no relatório em apreço no tocante a este assunto. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal confirmou que aquela ação tinha dado entrada, estava a decorrer e os Vereadores do PS, em resposta a solicitação pelos mesmos formulada, já haviam recebido cópia do teor da mesma. Por lapso, os serviços não teriam referido a ação no relatório em apreço, mas esta situação ia ser objeto da devida correção. -----

-----No ponto seis - período de tempo para apresentação de assuntos por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia e União de Freguesias -, o Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Prado considerou que, ao longo do mandato em curso, tinham sido levantadas várias questões acerca do desenvolvimento do município de Vila Verde, nomeadamente em matérias como o saneamento, as acessibilidades e o abastecimento de água, entre outras. A política implementada pelo Presidente da Câmara tinha sido criticada e mesmo apelidada de jugo político com diversas freguesias do concelho, em particular com a Vila de Prado. O mesmo orador quis deixar bem claro que, enquanto





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

Presidente de Junta, não se revia e nunca se havia revisto neste tipo de definição, nem em sentido figurado nem tão-pouco em sentido real. Era acérrimo defensor da Vila de Prado, sem jamais teria permitido, enquanto Presidente de Junta, qualquer relação de obediência ou submissão, em qualquer matéria institucional, ao município de Vila Verde. Esta Assembleia era testemunha disso pela forma respeitosa mas asseverada com que sempre se dirigira ao Presidente da Câmara Municipal, tendo, não obstante, como premissa, o bom relacionamento institucional. Neste contexto, o mesmo Edil questionou o Presidente da Câmara se se revia no tal jugo político no relacionamento com algumas freguesias do concelho e em particular com a Vila de Prado. Paulo Gomes justificou a formulação desta pergunta com a sua convicção de que se tratava de um substantivo demasiado pesado para o que se tinha passado na gestão autárquica, no âmbito do relacionamento da Câmara Municipal com a Junta de Freguesia da Vila de Prado. Era certo que reivindicava, não raras vezes, muitas coisas para a Vila de Prado, mas essa era também a sua função e a sua obrigação. Porém, em resposta, já tinha levado “pregos” do Presidente da Câmara, no episódio em que este o questionou sobre se tinha colocado algum na praia fluvial do Faial, mas ele sabia que o Presidente da Câmara sabia que os “pregos” que ele ali devia ter colocado estavam agora na construção do quiosque, no largo de S. Sebastião, também na vila de Prado. Bem sabia também que o Presidente da Câmara havia sido colaborante e certamente pregaria lá alguns “pregos”. Mais esclareceu que nunca lhes foi imposta, pelo Município, a execução dessa obra, nem a mesma podia ser considerada um presente envenenado do Município, resultando antes, o processo, de uma sugestão do Município no sentido de que fosse a Junta de Freguesia a executar a obra de construção do quiosque ou então a mesma seria executada pelo concessionário do novo espaço. Foi, em boa verdade, esta a sugestão, para bem de todos e numa articulação franca entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia. O Presidente da Junta de freguesia da Vila de Prado mais se congratulou com aquilo que já tinha sido feito em prol do necessário desenvolvimento da Vila de Prado, verificando-se que o Município não estava avesso a esta freguesia. Não podia, ainda assim, esquecer a parcial execução de obras e a necessidade de realização de outras prometidas que já haviam tido a oportunidade de discutir tanto em sede de gabinete como no terreno, mas tal não bastava, importando, para esclarecimento de todos e de modo a deixar descansados alguns maldizentes, que o Presidente da Câmara fizesse o ponto da situação das seguintes obras/intervenções: amianto da Escola Básica, de segundo e terceiro ciclos, da Vila de Prado; saneamento; largos de S. Sebastião e comendador Sousa Lima; largo e praça Antunes Lima; passadiço de ligação entre a Ponte de Prado e a praia fluvial do Faial. -----

---O Presidente da Câmara Municipal agradeceu a oportunidade para esclarecer sobre obras da Vila de Prado, assim como iam ser realizadas muitas outras em diversas freguesias do concelho, e, bem assim, para perguntar aos presidentes de junta se alguma vez procurara colocar-lhes algum jugo ou se alguns dos edis e/ou membros deste Plenário alguma vez haviam sentido que alguma das freguesias, algum dia, havia tido necessidade de usar o jugo para ter o que quer que fosse. O Presidente da Câmara relevou que o trabalho feito com as freguesias resultara de fortes parcerias, com muitos sacrifícios das juntas de freguesia e de instituições locais. Assim, o jugo que amarrava os intervenientes do desenvolvimento local era essa forte parceria direcionada no sentido de todos e cada um fazerem o máximo pelas suas terras. Este jugo, o Edil aceitava, mas não o outro em que alguém falara. O trabalho do Executivo Municipal ia



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

sempre ser feito na base de uma estreita cooperação e de uma política de proximidade. O que o autarca dizia sobre o largo de S. Sebastião era verdade. Existia já uma espécie de concessão para um quiosque, situação que, assim sendo, teve continuidade, justificando-se agora ainda muito mais, sendo certo que esta Assembleia Municipal havia deliberado que se fizesse um direito de superfície à freguesia, por cinquenta anos, com o direito de exploração do espaço onde explorava feira e onde podia ainda explorar outro tipo de negócios. Na quarta-feira seguinte ia ser assinado um contrato com vista à conclusão das obras no largo de S. Sebastião. Na próxima semana ia também ser lançado o procedimento concursal para o largo Antunes Lima e ia ser colocado um placard sobre a mesma obra, tanto mais que, como hoje aqui se ouvira, apenas se cria nas mesmas quando tal sucedia. Quando ao largo Comendador Sousa Lima, o projeto estava executado e ia ser submetido a parecer do IGESPAR (atual DGPC) e do Instituto de Estradas para obter a respetiva aprovação e para poder ser então lançado o respetivo procedimento orçamental. O projeto de ligação entre a ponte de Prado e a praia fluvial do Faial havia já tido várias formas, entre as quais um passadiço por cima da água e um enrocamento, mas a Agência Portuguesa do Ambiente – APA ainda não fora capaz de dar a solução ideal para o efeito. O projeto tinha sido refeito e ia novamente ser submetido à APA na expectativa de que fosse finalmente aprovado, para poder executar aquela ligação que fazia parte da ecovia que ia ligar o Mirante a Porto Carrero, e depois a Ponte Nova e a Malheira, assim como a rede de ciclovias urbanas. Assim, esta requalificação já ficava com a rede de ciclovias urbanas com bicicletas partilhadas, na Vila de Prado e em Vila Verde, o que significava que, daqui a um ano, se lhe apetecesse ir à Vila de Prado de bicicleta tomar um café, tomava a ciclovia, seguia na ecovia e fazia facilmente esse percurso. Reiterou que os concursos públicos de requalificação das Escolas Básicas de segundo e terceiro ciclos da Vila de Prado e de Vila Verde tinham sido publicados neste dia, existiam vinte e quatro dias para apresentação das propostas e, daqui a um ano, provavelmente, estava definitivamente resolvida a questão do amianto e toda a rede escolar do concelho ia estar requalificada com uma grande qualidade, como, porventura, não acontecia em mais nenhum concelho deste país. -----  
-----No ponto 7.- período de intervenção aberto ao público - não se verificou qualquer pedido de intervenção. -----  
-----A minuta da ata da reunião de trinta de junho de dois mil e dezassete foi aprovada por unânime vontade dos membros presentes na Assembleia, em número de cinquenta e seis, aquando da votação e apresentação da mesma, e com vista a que as respetivas deliberações se tornassem executórias e pudessem, assim, produzir efeitos imediatos. ---  
-----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que, de pois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa.---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----Paços do Concelho de Vila Verde, em dezasseis de outubro de dois mil e dezassete.

---

O Presidente

---

A Primeira Secretária

---

O Segundo Secretário

---